



GLOBALEDA
GRUPO EDA

Relatório e Contas 2021





Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
Enquadramento Macroeconómico e Setorial.....	6
Enquadramento Setorial	9
Atividade	14
Recursos Humanos.....	17
Evolução Económica e Financeira	20
Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais.....	21
Evolução da Posição Financeira.....	25
Indicadores Económico - Financeiros	27
Proposta de Aplicação de Resultados	32
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais	33
Apreciação e Certificação De Contas.....	41
Demonstrações Financeiras.....	41
Balanço	45
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	46
Demonstração as Alterações no Capital Próprio	47
Demonstração de Fluxos de Caixa	48
Anexo às Demonstrações Financeiras	49
Relatório e Parecer do Fiscal Único	91
Certificação Legal de Contas.....	94
Relatório de Auditoria.....	98

Mensagem do Conselho de Administração

Temos plena confiança nas competências geradas na Globaleda, ao longo de 24 anos de trabalho. Temos plena confiança nos nossos colaboradores, principais atores do desempenho e crescimento da empresa.

O crescimento da Globaleda é indissociável da penetração das Tecnologias de Informação e das Telecomunicações na Região Autónoma dos Açores.

Hoje, a Globaleda assume-se como um agente ativo na criação de necessidades, sensibilizando os decisores privados e públicos para a importância de monitorizarem com detalhe os seus processos, evidenciando o potencial dos Sistemas de Informação na capacitação das organizações. Não só facilitam a deteção de ineficiências, mas sobretudo agilizam a decisão e aproximam-nas do cidadão e/ou cliente.

Queremos ser capazes de evidenciar que a democratização do acesso à internet, se é uma vantagem para o cidadão, é uma oportunidade para as empresas.

Ao longo dos anos, com opções corretas das anteriores administrações, o posicionamento estratégico da Globaleda enquadró-a como empresa de referência na Engenharia dos Sistemas de Informação e das Telecomunicações, tanto junto de empresas regionais e nacionais, como dos parceiros tecnológicos nacionais e internacionais. Também, por isto, para além de consolidarmos as atuais parcerias, estamos concentrados na dinamização de novas sinergias, garantindo o permanente alinhamento tecnológico da empresa.

Nesse sentido, assinámos em maio passado um Contrato de Colaboração com a Universidade de Aveiro e já temos contatos avançados com a Universidade dos Açores.

Logo após a tomada de posse desta administração, em 26 de março de 2021, a prioridade centrou-se na verificação da conformidade e adequabilidade do Plano Plurianual e Orçamento de 2021, aprovado na Assembleia Geral de Dezembro de 2020.

Passados 3 meses, em 30 de junho de 2021, o Conselho de Administração decidiu proceder à revisão, em forte baixa, do Orçamento de 2021 e Plano Plurianual 2021-25, para conformar os documentos, sobretudo, ao nível das previsões dos Gastos com pessoal e Fornecimentos e serviços externos.

Em setembro de 2021, o Conselho de Administração deliberou, com efeito a 1 de novembro, a extinção da Direção Comercial e Desenvolvimento de Negócio (DCDN), como o objetivo de adequar e agilizar a estrutura orgânica da Globaleda às suas áreas de negócio. Já somos líderes regionais na engenharia e construção de redes de rádio, como são exemplos as redes de radiocomunicações da Proteção Civil e de muitas autarquias.

Em 2021, a Globaleda centrou a sua atenção em aplicações e soluções próprias para a gestão das comunidades, enquanto "cidades / ilhas inteligentes" (*smart islands*).

Com este foco, quisemos posicionar-nos como primeira referência para consulta ou apoio, às empresas ou organizações que queiram inovar ou antecipar soluções com o recurso às ferramentas informáticas.

A Globaleda tem que ser capaz de mostrar ao mercado que a implementação de Sistemas de Informação, para fazer sentido, tem que trazer ganhos objetivos e que tal só é possível com um adequado dimensionamento, que o nosso conhecimento do ecossistema empresarial garante.

Em 2021, com a enorme procura de técnicos habilitados nessas áreas, tivemos colaboradores que foram cobiçados por diversas multinacionais, o que nos orgulha, mas impactou na volatilidade dos nossos recursos humanos mais qualificados.

Quisemos continuar a valorizar os nossos colaboradores, conscientes de que a adequada gestão dos recursos humanos e o rigor no controlo dos custos associados, permitem a sustentabilidade e performance financeira da Globaleda.

Em abril, solicitámos aos nossos colaboradores para escolherem a frase com a qual pretendiam identificar a Globaleda. Foi registada uma participação superior a 80%.

Assim, queremos pôr em prática o lema seleccionado: O FUTURO FAZEMOS NÓS

Jorge Manuel de Almada Macedo

Fábio Alexandre Costa

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

Enquadramento Macroeconómico e Setorial

Depois do ano de 2020, abalado pela pandemia COVID-19, em 2021, com a incerteza sobre o impacto das variantes do vírus e sobre o curso da inflação, as projeções económicas mundiais e europeias apresentaram-se voláteis e muito dependentes da conjuntura de curto prazo, da geografia dos territórios, da variabilidade, entre países e entre continentes, das taxas de vacinação e da atuação adotada pelos governos para combater as novas “vagas” da Pandemia, ou com medidas mais restritivas da circulação de pessoas ou mais responsabilizadoras dos cidadãos.

A economia portuguesa cresceu 4,9% em 2021, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), após a diminuição histórica de 8,4% em 2020.

No quarto trimestre de 2021, o PIB cresceu 5,8% em termos homólogos e 1,6% em cadeia. Em termos homólogos, o contributo da procura externa líquida foi positivo, devido a uma aceleração em volume das exportações de bens e serviços, tendo-se registado também um contributo positivo da procura interna.

No entanto, segundo o INE, no quarto trimestre de 2021 verificou-se uma perda significativa nos termos de troca, mais intensa que nos dois trimestres precedentes, em resultado do crescimento pronunciado do deflator das importações, nomeadamente de bens energéticos e matérias-primas.

Já a variação em cadeia do PIB no quarto trimestre, refletiu uma diminuição do contributo positivo da procura externa líquida.

Não obstante, a dinâmica do crescimento enfrentou novos fatores adversos, nomeadamente os estrangulamentos e as perturbações no aprovisionamento mundial que afetaram a atividade na UE, em especial no seu setor transformador, que se caracteriza por um grau de integração extremamente elevado.

De acordo com o Boletim Trimestral do Serviço Regional de Estatística (BT-SREA), em dezembro de 2021, o Indicador de Atividade Económica (IAE) apresentou um valor de 11,2%. Na análise dos resultados do IAE deverá ter-se presente que este indicador não se deve confundir com o PIB e não pretende medir a variação infra-anual do PIB.

O IAE manteve-se negativo nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril com valores de -3,3%, -3,7%, -2% e -0,4% respetivamente, regressando a terreno positivo a partir de maio (0,9%), registando variações robustas em julho (5,5%), agosto (8,9%), setembro (12,5%), mantendo pequenas oscilações até dezembro (11,2%).

Já a taxa de inflação média na Região Autónoma dos Açores subiu para 0,92% no final do 4.º trimestre de 2021. Esta taxa, calculada no mês de dezembro, correspondeu igualmente à taxa anual da inflação.

Em 2021, quatro fatores contribuíram para o clima de alguma incerteza na Região Autónoma dos Açores, com impacto direto nas decisões de investimento nas áreas dos Sistemas de Informação e Telecomunicações.

O primeiro, originado pela mudança política, resultante das Eleições Regionais de outubro de 2020, com implicação na aprovação do Orçamento Regional, na Assembleia Legislativa Regional, no fim do 1º semestre de 2021.

O segundo fator, com relação direta no mercado onde a Globaleda atua, centrou-se no anúncio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - eixo da “Transição Digital” -, cujo contrato de financiamento do PRR, entre os Governos Regionais e da República, aconteceu já no início do terceiro quadrimestre de 2021.

Regista-se também que a inovação introduzida nos instrumentos de operacionalização do PRR, obrigou os decisores privados e públicos a um processo de aprendizagem e adaptação, prolongando os períodos de tomada de decisão e o adiamento das decisões de investimento, no âmbito do PRR, para o fim do último trimestre de 2021.

O terceiro fator esteve relacionado com a Eleição Autárquica 2021, que normalmente impulsiona o investimento público, mas que ao nível dos Sistemas de Informação, Transição Digital e Telecomunicações, ou porque os orçamentos eram reduzidos, ou porque os respetivos montantes foram alocados a investimentos em obras públicas e habitação, não proporcionaram decisões de investimento.

O quarto fator tem origem externa à Região Autónoma dos Açores, com relação direta ao estrangulamento e perturbações nos fornecimentos, evidenciados na escassez de matérias-primas e bens intermédios, que induziu imprevisibilidade nos prazos de entrega e no custo do transporte.

Enquadramento Setorial

Se ao nível dos sistemas de informação e telecomunicações, a geografia penalizava o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, agora é possível ultrapassar estes constrangimentos. Tal só depende de investimento em infraestruturas tecnológicas, na formação e na capacitação dos recursos humanos.

Em 2021, a Globaleda posicionou-se como um agente ativo na criação de necessidades, sensibilizando os decisores privados e públicos para a importância de monitorizarem com detalhe os seus processos, desde os administrativos ou de produção, até aos financeiros, logísticos ou comerciais.

Focamo-nos em evidenciar o potencial dos Sistemas de Informação na capacitação das organizações, dotando-as com ferramentas que, não só facilitam a deteção de ineficiências, mas sobretudo agilizam os processos de decisão, para a otimização dos processos e para a aproximação ao cidadão e/ou cliente. Na prática, quisemos posicionar-nos como líderes regionais na área da automatização dos processos e naquilo a que se designa por “cuidado ao cidadão”.

Na área de Lojas e de Serviços de Comunicações, a Globaleda atua como Agente Comercial VODAFONE, no setor das telecomunicações pessoais (particulares e empresarial). A empresa tem 6 Lojas VODAFONE Indiretas (LVI) e 3 Lojas Globaleda próprias.

Em 2021, centrámo-nos no setor empresarial, como gerador comercial na criação de necessidades de soluções próprias Globaleda, ao nível da sensorização, monitorização e automação de processos.

A Globaleda é o maior agente comercial VODAFONE nos Açores e a sua atividade, nesta parceria, é baseada na venda e comercialização de equipamentos e serviços de telecomunicações móveis e fixas.

Pese embora a concorrência de outros operadores, com as campanhas da VODAFONE, foi possível incrementar a atividade dos serviços prestados a empresas e particulares.

A relação de proximidade em todas as ilhas e o trabalho junto das Pequenas e Médias Empresas (PME), foi fundamental, e constitui uma valia, para identificarmos as necessidades, e rapidamente oferecermos soluções que agilizem os processos industriais, comerciais e de serviço ao cidadão.

No caso das empresas, com a proliferação da sensorização, automação e toda a tecnologia de gestão à distância, a Globaleda criou uma equipa de desenvolvimento na área do *IoT*, para disponibilizar no mercado soluções próprias, em linha com o conceito de *Smart Island*.

Para tal, quisemos preparar os nossos colaboradores, dotando-os de conhecimentos técnicos para o desenvolvimento de projetos e para a identificação e criação de necessidades junto dos nossos clientes e do mercado empresarial.

Procuramos melhorar diariamente o desempenho das nossas lojas. A avaliação, muito positiva, do desempenho dos nossos colaboradores, por parte da VODAFONE, permitiu-nos a satisfação dos nossos clientes, garantindo a manutenção da nossa “carteira”, com foco na criação de soluções tecnológicas, que nos permitissem angariar novos negócios e novos clientes.

Somos considerados um dos melhores agentes VODAFONE, porque apostamos na estabilidade das nossas equipas. Com esta capacidade, queremos continuar a valorizar os nossos colaboradores, potenciando a vertente comercial de todas as áreas de negócio da Globaleda, conscientes de que a adequada gestão dos recursos, e o rigor no controlo dos custos associados, são fundamentais para a sustentabilidade desta área de negócio da empresa e da Globaleda como um todo.

No setor das Telecomunicações, Portugal, outrora considerado um caso de sucesso em termos de penetração, no que se refere às redes móveis 2G, 3G e 4G, surge, pela primeira vez na história do setor, na cauda da Europa no arranque generalizado da 5ª Geração.

Durante 2021, contrariamente ao esperado, o mercado estagnou com a longa espera da fase de licitação principal do leilão do 5G, que se prolongou por cerca de 11 meses, terminando já no final do 3º trimestre do ano transato com a novidade da entrada de 3 novos operadores (Nowo, Dixarobil e Dense Air).

Num mercado altamente concorrencial e saturado, a entrada de três novos operadores veio aumentar ainda mais esta conjuntura. Adicionalmente, a implementação da 5ª geração em todo o território nacional, que vem colmatar as necessidades de maior largura de banda associadas a novas plataformas laborais e de entretenimento (teletrabalho, videoconferência, *streaming*, *gaming*, entre outros), assim como o aumento do número de dispositivos ligados à internet, obrigaram os operadores a fazerem sucessivos investimentos nas suas redes, em contraciclo com os valores comercializados aos utilizadores.

Face a todos estes desafios, com forte componente de investimento, os operadores enveredaram por uma estratégia de alienação das suas torres e infraestruturas a operadores de infraestruturas de telecomunicações, não só porque puderam empregar os fundos para financiamento da modernização da sua rede, como estão a tornar a sua inevitável expansão (o 5G necessita de maior densificação de células de cobertura) mais rápida e com redução substancial do OPEX/CAPEX.

Fruto desta transformação, entraram neste mercado dois grandes operadores internacionais de infraestruturas de telecomunicações em Portugal (Cellnex e Vantage Towers), que, de algum modo, foram catalisadores para o acordo de partilha de equipamentos de acesso à rede entre os operadores de telecomunicações Vodafone e NOS, tecnicamente denominado por RAN (Radio Access Network) *sharing*. Nas zonas de menor densidade populacional, a Vodafone e a NOS estão a fazer uma utilização comum de infraestruturas de suporte às suas redes móveis (torres, mastros, etc.) e a partilharem os seus equipamentos ativos de rádio (antenas, amplificadores e demais equipamentos), embora cada um gere e é detentor do seu próprio espectro.

Na área das redes móveis privadas (*Land Mobile Radio* - LMR) a atividade desacelerou no segmento empresarial e de segurança pública a nível mundial, um pouco devido aos problemas

nas cadeias de abastecimento (escassez de semicondutores), que tiveram um impacto maior no setor empresarial do que no de segurança pública. Na RAA não foi exceção, embora algumas soluções concluídas foram fruto de adjudicações pré-crise da cadeia de abastecimento.

No setor industrial, e a nível mundial, também se observou uma tendência de substituição dos terminais de rádio LMR pela tecnologia PoC (*push-to-talk-over-celular*) mais pronunciada do que no setor de segurança pública, onde os serviços (MCPTT) (*Mission-critical push-to-talk over LTE*) têm ainda para provar a sua fiabilidade no mundo real, de acordo com fontes da indústria.

Apesar do impacto da pandemia COVID-19 e da escassez de chips em 2020 e 2021, o setor de LPWAN (*Low-power wide-area network*) teve um forte e consolidado crescimento a nível global. Conforme relatório da *IoT Analytics, State of the IoT – Summer 2021*, o mercado está a tornar-se num dos principais impulsionadores do crescimento global de aproximadamente 13 bilhões de ligações IoT. Na RAA a adoção foi praticamente inexpressiva, justificada sobretudo pelo processo moroso na preparação de candidaturas para obtenção de fundos de financiamento que potenciam o aproveitamento desta tecnologia, por parte de empresas e organizações do setor público.

A digitalização industrial, também denominada como indústria 4.0, começou a dar os primeiros passos na RAA, onde a conectividade é um dos pilares da sua operacionalização. A Globaleda teve um papel importante no desenho, planeamento, conceção, instalação e colocação em serviço de soluções WiFi de última geração, ajustadas a ambientes industriais, nomeadamente no setor da produção e distribuição de energia e na indústria de laticínios.

Ao nível do setor dos Sistemas de Informação, ao contrário do perspetivado, assistimos, igualmente, ao adiar de iniciativas associadas à aplicação, na Região, do Plano de Recuperação e Resiliência. Este adiamento, associado à fragilidade que o tecido empresarial regional apresenta, com o impacto do Covid-19, conduziu a uma estagnação nas intenções de digitalização e de modernização da indústria e dos serviços.

A discussão à volta das Agendas Mobilizadoras e do novo modelo de aplicação do PRR na Região capitalizaram, a par das eleições autárquicas, as atenções neste período.

A Gloaleda manteve o foco na consolidação de conhecimento nas diferentes áreas associadas à inovação digital, a par do IoT, como sejam computação em nuvem, *big data*, inteligência artificial, cibersegurança, blockchain, web 3.0, entre outras.

Desta forma, a empresa encontra-se apta para apoiar o tecido empresarial e administração pública regional, na dinamização do negócio e na transformação dos seus processos tecnológicos, com vista à produção e fornecimento de produtos competitivos e de prestação de um serviço de excelência ao cidadão e público em geral.

A Gloaleda é reconhecida como uma referência na consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, manutenção e monitorização de soluções informáticas robustas, ágeis e seguras. Focada na maximização da satisfação do Cliente, através da qualidade dos seus recursos humanos, da utilização de metodologias ágeis na gestão de projetos e de parcerias estratégicas e sólidas com os maiores *players* tecnológicos mundiais, a área dos Sistemas de Informação é a que aporta maior volume de negócios à empresa.

Tal como no ano transato, e como resposta à necessidade de adaptação ao impacto da COVID-19, os Sistemas de Informação continuaram a desenvolver e consolidar diversos projetos inovadores, diferenciadores e estruturantes, bem como suportar, de forma remota, a operação diária de várias organizações.

Atuamos numa área tecnológica complexa, extremamente competitiva e em constante evolução, onde os desafios dos clientes são permanentes, pelo que a Valorização e Capacitação dos nossos recursos humanos são fundamentais, pois são o ativo mais importante da Gloaleda.

Atividade

Em 2021, a atividade da Globaleda, aferida pelo volume de negócios, incluindo outros rendimentos operacionais, registou um crescimento de 1%.

As prestações de serviços relacionadas com as tecnologias de informação e com as telecomunicações contribuíram para o volume de negócios em 67% e 15%, respetivamente. As vendas de equipamentos informático, telemóveis, acessórios de telemóveis e outros, foram responsáveis por cerca de 8% do volume de negócios.

(milhares de euros)

	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 21/20 (%)
Vendas	90	583	1 189	963	808	-16%
Prestação de Serviço	5 894	5 483	5 745	8 701	8 931	3%
Outros Rendimentos	198	160	147	156	169	8%
Total	6 182	6 226	7 081	9 820	9 908	1%

A atividade da Globaleda, enquanto agente comercial Vodafone, apresentou um decréscimo de 2% no ano de 2021.

O número total de ativações registou um aumento da atividade líquida de 8,5%, quando comparado com o ano anterior. A análise dos valores relativos ao setor empresarial, que no ano de 2021 aumentou 7,6%, deve ter em consideração a maturidade e renovação de contratos com grande impacto no total da carteira. O número de ativações no setor residencial ascendeu a 22 257, apresentando um crescimento de 8,8% face ao ano anterior.



Nº ativações	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 21/20 (%)
Actividade Líquida Residencial	20 933	24 384	24 924	20 463	22 257	8,8%
Actividade Líquida Empresarial	6 670	4 994	5 274	5 252	5 651	7,6%
Total	27 603	29 378	30 198	25 715	27 908	8,5%

As prestações de serviço das Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações e ascendem a 1 486 milhares de euros, verificando-se uma diminuição de 6%, face ao valor registado no ano anterior. No decurso de 2021 assistiu-se a um abrandamento no mercado das telecomunicações e por conseguinte uma redução na procura de serviços na área das telecomunicações, bem como ao adiamento da conclusão dos projetos em curso por via das perturbações verificadas nos fornecimentos de matérias-primas e bens intermédios a incorporar nos referidos projetos, obrigando a empresa a dilatar os prazos de entrega ao cliente, com impacto na realização económica e financeira.

No segmento das vendas de equipamentos de telecomunicações verificou-se um aumento de 14% comparativamente ao período homólogo.

As prestações de serviços na área de Sistemas de Informação compreendem as atividades de consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização e ascenderam a 6 653 milhares de euros, verificando-se um aumento de 5% comparativamente ao valor registado em 2020. As vendas de equipamento informático apresentaram um decréscimo de 34% face a 2020. No entanto, os rendimentos associados à área dos Sistemas de Informação representam cerca de 71% do Volume de negócios da Empresa.

A Globaleda possui o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS), segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN ISSO 45001. Durante o ano de 2021 a aplicação do SGQAS permitiu reforçar a eficiência da organização, o desenvolvimento

das competências dos trabalhadores e da empresa e, desse modo, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

(milhares de euros)

	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 21/20 (%)	Estrutura 2021 (%)
Móveis	995	1 090	1 085	1 064	1 043	-2%	11%
Vendas Equipamentos Móveis	90	74	65	102	82	-20%	1%
Comissões e Outros Serviços	798	871	873	807	792	-2%	8%
Outros Rendimentos	107	145	147	155	169	9%	2%
Infraestruturas de Telecomunicações	1 354	1 931	1 690	1 917	1 863	-3%	19%
Venda equipamentos Telecomunicações	0	225	366	331	377	14%	4%
Prestação Serviço equipamentos Telecomunicações	1 354	1 706	1 324	1 586	1 486	-6%	15%
Sistemas de Informação	3 742	3 190	4 306	6 839	7 002	2%	71%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	0	284	758	531	349	-34%	4%
Prestação Serviço Sistemas de Informação	3 742	2 906	3 548	6 308	6 653	5%	67%
Total	6 091	6 211	7 081	9 820	9 908		100%

Recursos Humanos

No final de 2021 a equipa da Globaleda englobava 99 trabalhadores ativos com vínculo à empresa. Existem ainda mais 4 trabalhadores que se encontravam requisitados por outras entidades ou em licença sem vencimento. Para além destes, existem 11 trabalhadores, oriundos da EDA, em regime de cedência.

Recursos Humanos (*)	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 21/20 (%)
Orgãos de Gestão	2	2	2	2	3	50,0%
Quadros Superiores	14	15	20	25	27	8,0%
Contratos sem termo	9	9	12	24	26	8,3%
Contratos a termo	5	6	8	1	1	0,0%
Quadros Técnicos	62	63	60	61	60	-1,6%
Contratos sem termo	50	51	47	56	57	1,8%
Contratos a termo	12	12	13	5	3	-40,0%
Administrativos e Apoio	8	8	9	9	9	0,0%
Contratos sem termo	8	8	9	9	9	0,0%
Contratos a termo	0	0	0	0	0	0,0%
Total Pessoal	86	88	91	97	99	2,1%
Quadro Permanente	69	70	70	91	95	4,4%
Contratos a termo	17	18	21	6	4	-33,3%
Pessoal EDA - Cedido	11	10	10	10	11	10,0%
Total	97	98	101	107	110	2,8%
Gastos com Pessoal (mil euros)	1 865	2 043	2 323	2 557	2 764	8,1%
Gastos com Pessoal Cedido (mil Euros)	519	585	690	560	650	16,1%
Gastos Totais (mil euros)	2 384	2 628	3 013	3 117	3 414	9,6%

(*) Numero de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

No ano de 2021, os encargos com o pessoal ascenderam o valor de 2 764 milhares de euros, representando um acréscimo de 8,1% quando comparado com igual período de 2020.

A Globaleda tem trabalhadores nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa, garantindo uma cobertura quase integral na Região Autónoma dos Açores, com competências técnicas nas diferentes áreas de serviço, para além da atividade de agente comercial Vodafone.

Ilha	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 21/20 (%)
S. Miguel	61	63	66	70	74	5,7%
Sta. Maria	1	1	1	0	0	0,0%
Terceira	10	9	9	12	10	-16,7%
S. Jorge	3	2	2	2	2	0,0%
Pico	3	4	4	4	4	0,0%
Faial	4	4	5	5	5	0,0%
Açores	82	83	87	93	95	2,2%
Lisboa	4	5	4	4	4	0,0%
Total	86	88	91	97	99	2,1%

A este quadro de pessoal está associado um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Globaleda.

Qualificações Profissionais	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 21/20 (%)
Quadros Superiores	16	17	22	27	30	11,1%
Técnicos Manutenção	14	15	14	14	17	21,4%
Técnicos Informática	17	16	15	14	10	-28,6%
Técnicos Comerciais	31	32	31	33	33	0,0%
Técnicos Administrativos	8	8	9	9	9	0,0%
Total	86	88	91	97	99	2,1%

A empresa promove uma cultura de serviço assente no conhecimento e no envolvimento de todos os seus trabalhadores, de modo a garantir a integração, a partilha e a responsabilidade pela criação de valor para a empresa, para os clientes e para os acionistas.

A valorização profissional através do reconhecimento do desempenho, a par da formação e da integração em projetos desafiantes, reconhecidos pelos nossos clientes pela forma como



colaboramos e acrescentamos valor, são fatores de motivação de gratificação e de diferenciação da empresa no mercado.

A certificação do SGQAS ao nível da segurança, permitiu mitigar o risco para todos aqueles que connosco trabalham, através de formação adequada ao nível das melhores práticas internacionais.

Evolução Económica e Financeira

De seguida é apresentada a Demonstração dos resultados, que reflete o desempenho económico obtido nos anos de 2021 e 2020, além da variação de resultados, em termos de valor e em percentual.

(milhares de euros)

Demonstração Resultados	2021	2020	Variação 21/20	Variação 21/20 (%)
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados	9 740	9 664	76	1%
Subsídios à exploração	9	4	5	140%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(615)	(860)	245	-29%
Fornecimentos e serviços externos	(6 305)	(5 393)	-912	17%
Gastos com o pessoal	(2 764)	(2 557)	-208	8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1	-	1	-
Outros rendimentos e ganhos	159	151	8	5%
Outros gastos e perdas	(14)	(18)	4	-22%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	210	990	-780	-79%
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	(167)	(103)	-63	61%
Resultado operacional (antes de gastos financiamentos e impostos)	43	886	-843	-95%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	1	-1	-96%
Juros e gastos similares suportados	(8)	(8)	0	0%
Resultado antes de impostos	35	879	-845	-96%
Imposto sobre o rendimento do período	(9)	(165)	156	-94%
Resultado líquido do período	25	714	-689	-96%

Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais

Em 2021, o resultado líquido da Globaleda ascendeu a 25 milhares de euros, traduzindo uma diminuição homóloga de 96%.

Os Rendimentos Operacionais da empresa resultam das Vendas de equipamentos, Prestações de Serviços, e Outros Rendimentos e Ganhos relacionados com a comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone, da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de informação.

Em 2021, os proveitos operacionais ascenderam a 9 908 milhares de euros, mais 0,9% do que no período anterior (9 820 milhares de euros).

	2017	2018	2019	2020	2021	(milhares de euros) Variação 21/20 (%)	Estrutura 2021 (%)
Vendas	90	583	1 189	963	808	-16,1%	8,2%
Prestação de Serviço	5 894	5 483	5 745	8 701	8 931	2,6%	90,1%
Subsidio a Exploração	16	7	0	4	9	125,0%	0,1%
Outros Rendimentos	182	153	147	152	160	5,3%	1,6%
Total	6 182	6 226	7 081	9 820	9 908	0,9%	100%

Em 2021, a faturação relacionada com a comercialização de comunicações móveis, de equipamentos de telecomunicações e informática representou 18% do Volume de negócios, considerando os rendimentos suplementares, enquanto a faturação relacionada com o projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações representou 15% e a faturação referente aos Sistemas de informação 67%.

As prestações de serviços totalizaram 8 931 milhares de euros e registam um aumento de 2,6% em relação a 2020. Este valor é resultante do incremento de 5% verificado ao nível das prestações de serviços dos sistemas de informação, que compensou a redução verificada na comercialização de



comunicações móveis e na infraestrutura de telecomunicações, em resultado da estagnação verificada durante o ano de 2021.

(milhares de euros)

	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 21/20 (%)
Vendas	90	583	1189	963	808	-16%
Vendas Equipamentos Moveis	90	74	65	102	82	-20%
Venda equipamentos Telecomunicações	0	225	366	331	377	14%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	0	284	758	531	349	-34%
Prestação de Serviço	5894	5483	5745	8701	8931	3%
Comissões e Outros Serviços	798	871	873	807	792	-2%
Infraestruturas de Telecomunicações	1354	1706	1324	1586	1486	-6%
Sistemas de Informação	3742	2906	3548	6308	6653	5%
Subsidio à Exploração	16	7	0	4	9	125%
Subsidio à Exploração	16	7	0	4	9	125%
Reversões de Imparidades de Clientes	75	8	5	0	1	0%
Reversões de imparidades de Clientes	75	8	5	0	1	0%
Outros Rendimentos	107	145	142	152	159	5%
Outros Rendimentos Operacionais	107	145	142	152	159	5%
Total	6 182	6 226	7 081	9 820	9 908	1%

Os gastos operacionais em 2021 ascenderam a 9 865 milhares de euros, no ano anterior este valor foi de 8 932 milhares de euros, o que corresponde a um acréscimo de 34%.



(milhares de euros)

Gastos Operacionais	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 21/20 (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	96	432	891	860	615	-28%
Fornecimentos e serviços externos	3 026	2 871	3 331	5 393	6 305	17%
Gastos com o pessoal	1 865	2 043	2 323	2 557	2 764	8%
Amortizações	235	106	87	103	167	62%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	2	-	8	-	-	-
Outros gastos e perdas	7	6	10	19	14	-24%
Total	5 231	5 458	6 650	8 932	9 865	34%

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ascendeu a 615 milhares de euros. A redução verificada de 28% em relação ao período homólogo é resultado da contração verificada no mercado açoriano.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, no montante de 6 305 milhares de euros, representaram 64% dos gastos operacionais, estando contemplado nestes gastos, os custos afetos a projetos de telecomunicações e sistemas de informação, e os gastos com os trabalhadores cedidos pela EDA. O aumento verificado de 17% resulta essencialmente no acréscimo verificado ao nível dos subcontratos, em virtude da saída de recursos técnicos da empresa com impacto na diminuição da capacidade técnica interna na execução dos projetos.

Os gastos com pessoal ascenderam a 2 764 milhares de euros e representam 28% dos gastos operacionais. O aumento de 8% dos gastos com pessoal em 2021 é resultado da execução do Acordo de Empresa, no que respeita à progressão das carreiras com base no modelo de avaliação de desempenho e das reestruturações orgânicas que ocorreram na empresa durante o ano de 2020 e no primeiro trimestre de 2021.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis no montante de 167 milhares de euros, traduz um aumento face ao período homólogo de 62%, que decorre das obras de melhoria num dos

edifícios da Globaleda, da aquisição de equipamentos no âmbito da reformulação e adaptação do projeto da alteração da imagem da Globaleda nas lojas comerciais e da aquisição de duas viaturas para a área das lojas e serviços de comunicação e dos sistemas de informação.

Evolução da Posição Financeira

O Balanço da Globaleda para 2021 e 2020, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa é apresentado no quadro seguinte.

BALANÇO	2021	2020	(euros)	
			Variação 21/20	Variação 21/20 (%)
ATIVO NÃO CORRENTE	1 048	965	83	9%
Ativos fixos tangíveis	1 032	953	78	8%
Outros investimentos financeiros	17	12	5	41%
Ativos por impostos diferidos	0	0	0	-100%
ATIVO CORRENTE	5 832	5 152	681	13%
Inventários	71	133	-63	-47%
Clientes	3 101	1 305	1 796	138%
Estado e outros entes públicos	135	0	135	-
Accionistas/sócios	0	1 900	-1 900	-100%
Outros créditos a receber	1 194	1 472	-278	-19%
Diferimentos	38	16	22	137%
Caixa e depósitos bancários	1 294	326	968	297%
TOTAL DO ATIVO	6 880	6 117	764	12%
CAPITAL PROPRIO	3 929	4 262	-333	-8%
Capital subscrito	300	300	0	0%
Reservas legais	64	64	0	0%
Outras reservas	501	501	0	0%
Resultados transitados	3 039	2 683	356	13%
Resultado líquido do período	25	714	-689	-96%
PASSIVO CORRENTE	2 951	1 855	1 097	59%
Fornecedores	1 965	929	1 036	111%
Estado e outros entes públicos	270	336	-66	-20%
Outras dívidas a pagar	690	566	124	22%
Diferimentos	26	23	3	11%
TOTAL DO PASSIVO	2 951	1 855	1 097	59%
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	6 880	6 117	764	12%

O Ativo Líquido na Globaleda no final de 2021 ascendeu a 6,8 milhões de euros, mais 0,8 milhões de euros que no final de 2020. O Ativo não corrente, que representava 15% do ativo total, ascendeu a 1 milhão de euros, mais 83 milhares de euros, comparativamente a 2020. Esta variação resulta essencialmente do aumento de 78 milhares de euros verificado ao nível dos Ativos fixos tangíveis, líquidos de amortizações e depreciações.

Em termos de Ativo corrente, de salientar o aumento de cerca de 1,5 milhões de euros no saldo de clientes e outras contas a receber.

Os capitais próprios da Globaleda ascendem 3,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 8%, por via do resultado do exercício e pela aplicação do resultado no período anterior. Foram distribuídos dividendos no valor de 358 milhares de euros relativos ao exercício de 2020.

Ao nível do Passivo corrente, destaca-se o aumento verificado nos Fornecedores e Outras contas a pagar no montante 1,2 milhões de euros.



Indicadores Económico – Financeiros

(milhares de euros)

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021
Volume de Negócios	5984	6065	6934	9664	9739
Variação Anual (%)	-12%	-10%	14%	39%	1%
Custos Operacionais	5231	5457	6642	8932	9865
Variação Anual (%)	-17%	-13%	22%	34%	10%
EBIT (Resultado Operacional)	953	768	436	886	43
EBITDA (EBIT + Amortizações)	1187	874	522	990	210
Resultado Líquido	764	685	345	714	25
Capitais Próprios	2691	3376	3721	4262	3929
Liquidez Geral (%)	209%	231%	298%	278%	198%
Ativo Corrente/Passivo Corrente					
Autonomia Financeira (%)	63%	62%	71%	70%	57%
Capital Próprio/Ativo Líquido					
Solvabilidade	167	166	247	230	133
Capital Próprio/Capital Alheio					
Solvabilidade Total (N)	2,67	2,66	3,47	3,30	2,33
Ativo Líquido/Passivo Total					
Rentabilidade Líquida (%)	12,8%	11,3%	4,9%	7,4%	0,3%
Resultado Líquido / Volume de Negócios					

Perspetivas

Hoje, a economia mundial, de um modo repentino, enfrenta um novo cenário de incerteza.

Logo após a reunião do passado dia 5 de março, o Fundo Monetário Internacional (FMI), traçou um cenário sombrio para a economia mundial durante os próximos meses, assinalando que, apenas com uma semana decorrida desde o início da invasão à Ucrânia, vários efeitos negativos são já visíveis.

Segundo o FMI, embora a situação se mantenha altamente volátil e qualquer previsão esteja sujeita a um extraordinário nível de incerteza, as consequências económicas são já muito sérias, destacando em particular as subidas de preços muito acentuadas que se verificam nos produtos energéticos e nos cereais, a vaga de mais de um milhão de refugiados que se estão a deslocar da Ucrânia para os países vizinhos e as sanções económicas em larga escala a ser impostas por uma parte significativa dos países à Rússia.

Com este novo cenário, o FMI antecipa que a guerra e as sanções associadas vão ter um impacto severo na economia mundial, destacando o choque adverso que se irá sentir na inflação e na atividade económica, numa altura em que a pressão nos preços já era elevada.

Pese embora este novo forte constrangimento, a Globaleda acredita que na Região Autónoma dos Açores (RAA) pelo seu ecossistema, a tecnologia digital, tem o potencial para cruzar a energia com a mobilidade elétrica, as pescas com a preservação dos recursos marinhos, a meteorologia com a agricultura, ou a qualidade da água com o ambiente, monitorizando os elos das cadeias de valor das Economias Verde e Azul. Na prática a RAA é um laboratório vivo.

A Transição Digital, como um dos eixos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é entendida como a grande oportunidade para fazermos desaparecer o handicap da geografia açoriana, enquanto Região periférica e dispersa. O PRR é a grande oportunidade para posicionar a Região como o grande centro tecnológico e digital do Atlântico.

A GLOBALEDA, conhecedora profunda desta realidade, quer posicionar-se como agente ativo, tendo definido uma estratégia em três níveis.

Primeiro, oferecendo soluções digitais para diferentes áreas e prioridades elegíveis no PRR. Em simultâneo, posicionando-se como parceiro habilitado para prestar consultoria e apoio à Administração Pública e Empresas Regionais na identificação dos melhores serviços e soluções tecnológicas para a transição digital e constituindo-se como parceiro tecnológico, no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, financiados pelo PRR e outros Programas Europeus,

Os “objetivos foco” pretendem posicionar a GLOBALEDA como líder regional na área da automatização dos processos e naquilo a que se designa por “cuidado ao cidadão”, bem como agente ativo na sensibilização dos decisores privados e públicos para a importância da automatização e simplificação dos seus processos, evidenciando o potencial da digitalização e automatização na capacitação das organizações, dotando-as com ferramentas que, não só facilitam a deteção de ineficiências, mas, sobretudo, agilizam a decisão.

O investimento para capacitarmos os jovens açorianos é estratégico para aproveitarmos as oportunidades que o mercado regional reivindica e, em simultâneo, garantir competitividade ao nível nacional e internacional.

O tratamento de grandes volumes de dados (*Big Data*), a robotização de processos (RPA) e a incorporação de tecnologias de aprendizagem, como o *Machine Learning* e a Inteligência Artificial, assumem atualmente um papel fulcral na evolução tecnológica.

Alinhada nesta tendência, GLOBALEDA quer ser o agente mobilizador, junto dos decisores, do potencial inesgotável das tecnologias de informação, que suportam aplicações capazes de associar a competitividade das empresas à comodidade / proximidade do cidadão. Para tal, teremos de evidenciar que a democratização do acesso à internet, se é uma vantagem para o cidadão, é uma oportunidade para as empresas que, pela sua dinâmica inovadora, tenham agilidade para agarrarem as oportunidades de ocupação do mercado disponível.

A GLOBALEDA, ao longo dos anos da sua existência, foi uma espécie de laboratório e escola para a vulgarização da tecnologia de ponta, primeiro na EDA e depois com tradução prática no mercado.

Esta estratégia permitiu envolver parceiros regionais e do exterior, com o objetivo de construir as melhores soluções para o mercado regional e nacional.

A GLOBALEDA, nas áreas dos Sistemas de Informação e das Telecomunicações, é uma empresa de referência, solicitada pelas empresas regionais e nacionais e por parceiros tecnológicos nacionais e internacionais. Também, por isto, queremos incrementar as parcerias tecnológicas que temos firmadas, e acrescentar todas as outras que, pela nossa presença em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores, acrescentem valor e soluções adequadas à realidade do território.

Estas parcerias tecnológicas têm um objetivo claro: criar e reter *know-how* na GLOBALEDA e nos Açores.

Aproveitando todo o *know-how*, ao nível da engenharia e construção de redes de rádio, e as referências que detemos nas redes de radiocomunicações da Proteção Civil e de muitas redes privadas das autarquias da Região, queremos alargá-lo ao desenvolvimento de aplicações e oferta de serviços para a gestão das comunidades, enquanto "cidades inteligentes" (*Smart Cities*), integradas num ecossistema mais vasto - as "*Smart Islands*", assumindo-se como agente ativo no fornecimento de soluções para a ligação do cidadão à sua cidade, concelho ou ilha.

Como empresa sediada na Região Autónoma dos Açores, conhecedora do mercado regional, queremos ter um papel fulcral na definição da estratégia para a integralidade das medidas e ações a desenvolver pelo Governo, no âmbito da modernização da Administração Pública Regional, de forma a assegurar transparência, complementaridade, simplicidade, univocidade e comodidade nos canais e formas de relacionamento com o Cidadão.



Os nossos colaboradores são o nosso principal ativo. Por isto, a sua formação é uma prioridade constante, para garantir o envolvimento e compromisso, na definição e concretização dos objetivos definidos. Queremos que os nossos colaboradores se sintam parte ativa na monitorização dos processos que conduzem à concretização dos objetivos de produtividade e financeiros da Globaleda.

Vamos continuar a valorizar os nossos colaboradores, conscientes de que a adequada gestão dos recursos humanos, e o rigor no controlo dos custos associados, são fundamentais para a sustentabilidade e performance financeira da Globaleda, fiéis ao lema selecionado por mais de 80% dos nossos colaboradores:

O FUTURO FAZEMOS NÓS!

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de 25 360,54 euros (vinte e cinco mil e trezentos e sessenta euros e cinquenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:	
Dividendos:	13 000,00 euros
Resultados Transitados:	12 360,54 euros

Ponta Delgada, 14 de março de 2022

O Conselho de Administração

Assinado por: **Jorge Manuel de Almada Macedo**
Num. de identificação: BI06072741
Data: 2022.03.14 18:56:47-01'00'

Jorge Manuel de Almada Macedo

Assinado por: **FÁBIO ALEXANDRE COSTA**
Num. de identificação: 12944359
Data: 2022.03.14 18:08:15-01'00'

Fábio Alexandre Costa

Assinado por: **VÍTOR MANUEL DE JESUS FRANCISCO DA COSTA**
Num. de identificação: 06933361
Data: 2022.03.14 17:58:33-01'00'

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

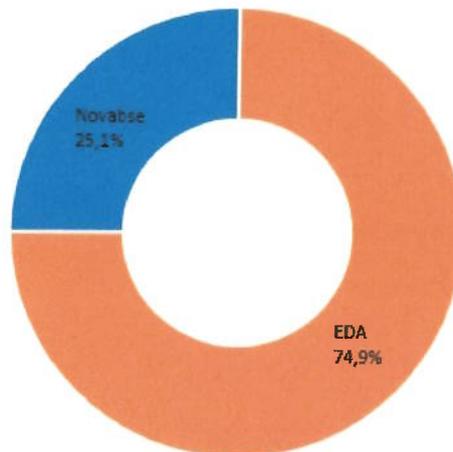
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A Globaleda é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Estrutura acionista

O capital social da Globaleda, no montante de 300 milhares de euros, é representado por 60 000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor da estrutura acionista da Globaleda a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:



Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à Globaleda, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.Globaleda.pt, na seção Documentos Institucionais.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. Os Órgãos Sociais para o triénio 2021/2023 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 26 de março de 2021.

Conselho de Administração

Presidente: Eng. Jorge Manuel de Almada Macedo (eleito a 26 de março de 2021)
Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro (até 26 de março de 2021)

Administrador: Dr. Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa (eleito a 26 de março de 2021)
Dr. Pedro Daniel Melo Leite (até 26 de março de 2021)

Administrador: Eng. Fábio Alexandre Costa

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng.ª Maria del Carmen Gil Marin

Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

Fiscal Único

Efetivo: UHY - OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por
Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Principais Elementos Curriculares de cada um dos Membros do Órgão de Gestão e Administração

Jorge Manuel de Almada Macedo: Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1986. No mesmo ano foi Bolseiro de Investigação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) no Porto. Frequentou os cursos de Auditor, Planeamento e Custos da Qualidade e o curso da Norma ISO 9001. Técnico Superior da Eletricidade dos Açores desde 1987. Foi o responsável da EDA de vários projetos, nomeadamente o aproveitamento da Energia das Ondas na Ilha do Pico e a construção e remodelação de centrais hidroelétricas. De 1991 a 1992, foi Adjunto do Diretor do Centro de Estudos de Energias Alternativas, da EDA. Diretor Regional da Indústria e Energia, do Governo da Região Autónoma dos Açores de 1990 a 1992. Diretor Regional da Juventude, do Governo da Região Autónoma dos Açores de 1992 a 1996. De 1991 a 1996, foi Presidente do INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores. Coordenador do Gabinete de Gestão da Qualidade e Ambiente da EDA de 1997 a 2004, coordenando igualmente o Sistema da Gestão da Qualidade da Globaleda e o Sistema de Gestão de Processos (SGP), da EDA. De 2000 a 2004, foi Vice-Presidente da APQ – Associação Portuguesa da Qualidade. Foi empresário na área da Saúde e Bem-estar de 2002 a 2010. Em 2004 foi eleito Deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, até 2016, regressando nesse ano à EDA. Desde 26 de março de 2021, é Presidente do Conselho de Administração da Globaleda.

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa; no Programa Marketing de Serviços, ministrado pela Universidade de Harvard; e no Curso Avançado de *Service Level Agreements*, ministrado pelo *Institute for International Research*. É Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 19 de março de 1991, onde atualmente exerce a função de Vogal Executivo do Conselho de Administração – mandato 2017/2020 (desde março 2018) com os Pelouros dos Recursos Humanos; Comercial e Auditoria Interna. Na EDA, SA exerceu as funções de Diretor Comercial, de 2001 a 2005; Diretor do Centro de Exploração da ilha do Pico, de janeiro de 1998 a

novembro de 2001 em acumulação com a função de Chefe de Departamento Comercial para as Ilhas dos Grupos Central e Ocidental. Associado ao Grupo EDA exerceu as funções de Gerente da Controlauto, Lda., entre 1996 e 2005, e de Gerente da SEGMA no período de 2003 a 2005.

No período de 2005 a 2017 exerceu a função de Presidente do Município da Praia da Vitória tendo igualmente exercido os seguintes cargos: Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa (2015/2016); Presidente do Conselho da Ilha Terceira (2015/2017); Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (2013/2017); Presidente da Assembleia Intermunicipal da Região Autónoma dos Açores (2009/2013); Presidente do CA da AGESPI – Sociedade Gestora do Parque Empresarial do Porto da Praia da Vitória. Exerceu a função de Presidente do Conselho de Administração da Globaleda de novembro de 2019 a 26 de março de 2021.

Fábio Alexandre Costa: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 2001/02. Integrou na Globaleda em 2002, em 2004 foi nomeado Coordenador Departamento de Manutenção Infraestruturas Móveis da Globaleda e em setembro 2013 foi nomeado Diretor Técnico do mesmo departamento. Foi Coordenador do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros. Em outubro de 2019 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, até a esta data.

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa: De 1988 a 1991, como Bacharel exerceu funções como preparador / planeador da TAP Air Portugal. Ingressou na EDA, no Departamento Central de Produção, no Serviço Manutenção em 1991. De 1992 a 1993 foi membro da equipa de projeto para a seleção do sistema informático para a gestão da manutenção. De 1994 a 1998 foi responsável pela área de gestão de stocks dos armazéns da EDA. Em 1999 foi nomeado responsável do Gabinete de Recursos Humanos. Nesse mesmo ano, até 2005, foi responsável pelo Gabinete de Sistemas de Informação da EDA. De 2006 a 2015 exerceu as funções de Diretor de Aprovisionamentos da EDA. De 2015 a 2018, foi responsável pela Direção de Sistemas de informação e Comunicações, acumulando de 2015 a 2017 a Direção de Auditoria Interna da EDA. De 2018 a 2020, foi nomeado vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA



(SATA-Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores - Sociedade de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional – Azores Airlines, S.A., SATA – Gestão de Aeródromos, S. A.. Em 2020 é nomeado Assessor do Conselho de Administração da EDA. Desde 26 de março de 2021, é Administrador do Conselho de Administração da Globaleda.

Pedro Daniel Melo Leite: Licenciado em Matemática/Informática, pela Universidade dos Açores, em 2001. Integrou a Globaleda, S.A. em 2000, como Quadro Técnico, desempenhando as funções de Programador Informático, tendo passado a Quadro Superior em 2001. Entre 2002 e 2006 exerceu as funções de Docente, como assistente convidado, na Universidade dos Açores. Entre 2004 e 2008 assumiu o cargo de Coordenador de Área Técnica na Globaleda, S.A. e, de 2009 a 2013, exerceu o cargo de Diretor na Novabase Atlântico, S.A. Entre 2014 e 2015 assumiu a Coordenação do Serviço de Projetos e Consultoria da Globaleda, S.A. Foi Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A. de dezembro de 2015 a 26 de março de 2021.

Exerce também, as funções de Vogal da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Centro Sociocultural de São Pedro, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Náutico de Lagoa e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo António, Lagoa - Açores.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 26 de março de 2021, que determinou para o mandato 2021/2023 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Presidente do Conselho de Administração – A componente fixa de remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de 5.657,30 € (cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;

Administrador – A componente fixa de remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de 5 546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos), sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2021 correspondem a:

Orgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Orgão de Gestão Executivo 1	58 320,72 €	15 025,95 €	73 346,67 €
Orgão de Gestão Executivo 2	73 766,70 €	19 114,83 €	92 881,53 €
Orgão de Gestão Executivo 3	57 177,18 €	14 573,85 €	71 751,03 €
Orgão de Gestão Executivo 4 *	14 935,26 €	4 864,25 €	19 799,51 €
Orgão de Gestão Executivo 5 *	3 688,34 €	1 087,71 €	4 776,05 €

* Termo do mandato a 26/03/2021

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração (CA) reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2021 o CA realizou 17 (dezasete) reuniões para aprovar 124 Deliberações (DL) sobre os assuntos relativos à gestão estratégica e corrente da sociedade.

Após a tomada de posse deste CA, em 26 de março de 2021, em maio desse ano foi possível, numa análise prospetiva, identificar que o Plano Plurianual e o Orçamento 2021, aprovado em dezembro de 2020, estava desadequado, sobretudo na sua estrutura de custos.

A 30 de junho de 2021, o CA decidiu proceder à revisão, em forte baixa, do Orçamento de 2021 e Plano Plurianual 2021-25, para conformar os documentos, sobretudo, nas rúbricas de Gastos com Pessoal e de Fornecimento de Serviços Externos e, a 2 de julho, deliberou sobre a Proposta de Revisão deste documento estratégico (DL94), submetendo-o à apreciação e votação, em Assembleia Geral de Acionistas, em 28 de julho.

Em paralelo, foram identificadas as ferramentas para a produção de indicadores e procedimentos, para o rigoroso controlo da estrutura de custos, os quais foram vertidos no Sistema de Avaliação de Desempenho dos colaboradores e no Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança de empresa.

As matérias versadas nas reuniões do CA respeitaram à execução do Plano Plurianual e Orçamento 2021, e respetivo documento revisto, de acordo com a estratégia nele delineada, à gestão corrente da sociedade, no âmbito da atividade comercial da empresa e das funções de suporte, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da análise das contas mensais, projetando-as a 31 de dezembro de 2021.

Em 24 setembro de 2021, o CA deliberou (DL109), com efeito a 1 de novembro, sobre a nova Estrutura Orgânica, contemplando a extinção da Direção Comercial e Desenvolvimento de Negócio (DCDN), com o objetivo de adequar e agilizar a estrutura orgânica da GLOBALEDA às suas áreas de negócio.

Para cada reunião do CA foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Ações próprias

Em 31 dezembro de 2021 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

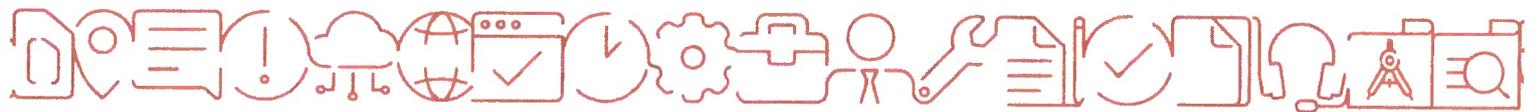
Factos relevantes ocorridos após o termo do Período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.



Apreciação e Certificação De Contas

Demonstrações Financeiras





Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço.....	45
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	46
Demonstração as Alterações no Capital Próprio	47
Demonstração de Fluxos de Caixa	48
Anexo às Demonstrações Financeiras	49
1. Introdução	49
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	49
2.1. Base de preparação	50
2.2. Derrogação das disposições do SNC.....	51
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	51
3. Principais políticas contabilísticas.....	51
3.1. Conversão cambial.....	51
3.2. Ativos fixos tangíveis.....	52
3.3. Ativos intangíveis.....	54
3.4. Imparidade de ativos não financeiros.....	54
3.5. Ativos financeiros	55
3.6. Inventários	56
3.7. Clientes e Outros créditos a receber	57
3.8. Caixa e equivalentes de caixa.....	58
3.9. Capital	58
3.10. Passivos financeiros.....	58
3.11. Financiamentos obtidos.....	59
3.12. Imposto sobre o rendimento	59
Imposto corrente.....	59
Imposto diferido	60
3.13. Provisões.....	60
3.14. Locações.....	61
3.15. Subsídios e apoios do Governo	61
3.16. Gastos e Rendimentos	62
3.17. Rédito.....	62
3.18. Distribuição de dividendos	63
3.19. Compensação de saldos e transações.....	63
3.20. Matérias ambientais	63



3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados	63
3.21.1. Provisões.....	64
3.21.2. Ativos tangíveis e intangíveis.....	64
3.21.3. Imparidade	64
3.21.4. Rédito – Percentagem de acabamento	65
3.22. Acontecimentos após a data de balanço	65
4. Fluxos de caixa.....	65
4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	65
4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários.....	65
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	66
5.1. Alterações às normas	66
5.2. Alterações nas políticas contabilísticas	66
5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	66
5.4. Erros de períodos anteriores.....	66
6. Ativos fixos tangíveis.....	67
7. Ativos intangíveis.....	69
8. Outros investimentos financeiros.....	69
9. Ativos por impostos diferidos.....	70
10. Inventários	71
11. Clientes	71
12. Estado e outros entes públicos	72
13. Acionistas	73
14. Outros créditos a receber	73
15. Diferimentos	74
16. Capital subscrito.....	74
17. Reservas legais e resultados acumulados	75
18. Fornecedores	75
19. Outras dívidas a pagar	77
20. Vendas e serviços prestados	77
21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	78
22. Fornecimentos e serviços externos.....	78
23. Gastos com pessoal	79
24. Outros rendimentos	80
25. Outros gastos	80



26. Gastos e rendimentos financeiros.....	81
27. Imposto sobre o rendimento	81
28. Dividendos	82
29. Contingências	83
Passivos contingentes.....	83
Ativos contingentes.....	83
30. Partes relacionadas.....	83
30.1. Remuneração do Conselho de Administração	83
30.2. Transações entre partes relacionadas.....	84
Acionistas:.....	84
Partes relacionadas por via de Acionistas:.....	84
31. Políticas de gestão de Risco.....	88
32. Disposições legais	89
33. Eventos subsequentes.....	90

Balanço

		<u>31 de dezembro</u>	
		<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1031507	953 054
Outros investimentos financeiros	8	16 667	11836
Ativos por impostos diferidos	9	-	113
		<u>1 048 174</u>	<u>965 003</u>
Corrente			
Inventários	10	70 771	133 325
Clientes	11	3 100 557	1304 892
Estado e outros entes públicos	12	135 030	-
Acionistas/sócios	13	-	1900 000
Outros créditos a receber	14	1 194 068	1471709
Diferimentos	15	37 750	15 905
Caixa e depósitos bancários	4	1294 017	325 732
		<u>5 832 192</u>	<u>5 151 563</u>
Total do ativo		<u>6 880 366</u>	<u>6 116 566</u>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	300 000	300 000
Reservas legais	17	64 464	64 464
Outras reservas	17	500 866	500 866
Resultados transitados	17	3 038 698	2 682 586
Resultado líquido do período		25 361	714 112
Total do capital próprio		<u>3 929 389</u>	<u>4 262 028</u>
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	18	1965 409	929 426
Estado e outros entes públicos	12	269 504	335 991
Outras dívidas a pagar	19	690 135	565 807
Diferimentos	15	25 929	23 314
		<u>2 950 977</u>	<u>1 854 538</u>
Total do passivo		<u>2 950 977</u>	<u>1 854 538</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>6 880 366</u>	<u>6 116 566</u>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Jorge Manuel de Almada Macedo

Fábio Alexandre Costa

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

Demonstração dos Resultados por Naturezas

	Nota	Período	
		20 21	20 20
Vendas e serviços prestados	20	9 739 536	9 663 547
Subsídios à exploração		8 976	3 733
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(6 14 931)	(860 193)
Fornecimentos e serviços externos	22	(6 304 701)	(5 393 179)
Gastos com o pessoal	23	(2 764 430)	(2 556 826)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	551	-
Outros rendimentos	24	159 198	15 100
Outros gastos	25	(14 398)	(18 473)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		209 801	989 708
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(166 954)	(103 495)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42 847	886 213
Juros e rendimentos similares obtidos	26	54	1461
Juros e gastos similares suportados	26	(8 309)	(8 324)
Resultado antes de impostos		34 592	879 350
Imposto sobre o rendimento do período	27 e 9	(9 231)	(165 238)
Resultado líquido do período		25 361	714 112
Resultado por ação básico	16	0,42	11,90

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Jorge Manuel de Almada Macedo

Fábio Alexandre Costa

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

Demonstração as Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2020		300 000	64 464	500 866	2 511 036	344 551	3 720 916
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	344 551	(344 551)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	344 551	(344 551)	-
Resultado integral						714 112	714 112
Distribuições	17	-	-	-	(173 000)	-	(173 000)
A 31 de dezembro de 2020		300 000	64 464	500 866	2 682 586	714 112	4 262 028
A 1 de janeiro de 2021		300 000	64 464	500 866	2 682 586	714 112	4 262 028
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	714 112	(714 112)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	714 112	(714 112)	-
Resultado integral						25 361	25 361
Distribuições	17	-	-	-	(358 000)	-	(358 000)
A 31 de dezembro de 2021		300 000	64 464	500 866	3 038 698	25 361	3 929 389

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Jorge Manuel de Almada Macedo

Fábio Alexandre Costa

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	<u>Período findo em 31 de dezembro</u>	
		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9 918 394	11 172 691
Pagamentos a fornecedores		(6 660 176)	(7 151 370)
Pagamentos ao pessoal		(2 659 728)	(2 423 693)
Caixa gerada pelas operações		598 490	1597 628
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(239 056)	(24 141)
Outros recebimentos/ pagamentos		(614 956)	(653 262)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(255 521)	920 225
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(321 830)	(251 300)
Ativos intangíveis		(4 576)	-
Investimentos financeiros	13	3 600 000	12 450 000
Outros activos		(4 830)	2 502
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		11 565	7 983
Investimentos financeiros	13	(1 700 000)	(12 800 000)
Outros activos		-	(4 422)
Juros e rendimentos similares		1 477	1 724
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		1 581 806	(593 513)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(358 000)	(173 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(358 000)	(173 000)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	968 285	153 712
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	325 732	172 020
		1 294 017	325 732

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Jorge Manuel de Almada Macedo

Fábio Alexandre Costa

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares, com sede na Rua Eng. José Cordeiro n.º 6.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, consolidação integral

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e considerando as atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, bem como os projetos da área dos sistemas de informação a iniciar ou já em curso contratualizados com a EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Globaleda e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:

Moeda	20 21	20 20
USD	1,1334	1,1234
GBP	0,8393	-

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua

condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando

há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Globaleda reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A Globaleda valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Globaleda não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida são sujeitos a amortização durante um período de 10 anos e sujeitos a testes de imparidade sempre que os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que possam estar em imparidade. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto

à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não

possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Gloaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Gloaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Gloaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que

desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Globaleda possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o



Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para o cálculo do imposto diferido à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 18,4% e 20,5% respetivamente, taxa de imposto definida para o Grupo EDA.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Globaleda tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Globaleda divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Globaleda reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.



Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Globaleda. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Globaleda; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela Globaleda resulta:

i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;

ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;

iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Globaleda é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Globaleda tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Globaleda e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Globaleda são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.21. Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1. Provisões

A Globaleda analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Globaleda, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21.4. Rédito – Percentagem de acabamento

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Globaleda não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 - Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Caixa	618	638
Depósitos bancários	<u>1293 399</u>	<u>325 094</u>
	<u>1 294 0 17</u>	<u>325 7 32</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Globaleda para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A Globaleda não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2021							
Custo de aquisição	170 826	798 840	1077 506	579 329	579 952	249 074	3 455 527
Depreciações acumuladas	-	(222 206)	(1070 248)	(458 457)	(508 001)	(243 563)	(2 502 474)
Valor líquido	170 826	576 634	7 258	120 872	7 1952	5 511	953 054
Movimento de 2021							
Adições	-	-	33 757	24 363	175 468	7 258	240 847
Alienações	-	-	-	(108 510)	-	-	(108 510)
Transferências e abates	-	-	-	(12 310)	-	-	(12 310)
Depreciação - período	-	(22 586)	(11789)	(56 408)	(65 821)	(5 789)	(162 394)
Depreciação - alienações	-	-	-	108 510	-	-	108 510
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	12 310	-	-	12 310
	170 826	554 048	29 226	88 828	181 598	6 980	1 031 507
31 de dezembro de 2021							
Custo de aquisição	170 826	798 840	1 111 263	482 873	755 420	256 332	3 575 554
Depreciações acumuladas	-	(244 792)	(1082 037)	(394 045)	(573 822)	(249 352)	(2 544 047)
Valor líquido	170 826	554 048	29 226	88 828	181 598	6 980	1 031 507



Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registrados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terras	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Investimentos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	170 826	563 441	1077 506	539 554	557 593	249 074	-	3 157 994
Depreciações acumuladas	-	(209 121)	(10.566.832)	(453 167)	(479 910)	(241.395)	-	(2.440.426)
Valor líquido	170 826	354 320	20 674	86 387	77 683	7 679	-	7 17 569
Movimento de 2020								
Adições	-	-	-	81001	23 869	-	235 398	340 269
Alienações	-	-	-	(41225)	-	-	-	(41225)
Transferências e abates	-	235 398	-	-	(1510)	-	(235 398)	(1510)
Depreciação - período	-	(13 085)	(13 416)	(46 516)	(28 311)	(2 168)	-	(103 495)
Depreciação - alienações	-	-	-	41225	-	-	-	41225
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	220	-	-	220
	170 826	576 634	7 258	120 872	71 952	5 511	-	953 052
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	170 826	798 840	1077 506	579 329	579 952	249 074	-	3 455 527
Depreciações acumuladas	-	(222.206)	(10.702.248)	(458.457)	(508.001)	(243.563)	-	(2.502.473)
Valor líquido	170 826	576 634	7 258	120 872	71 952	5 511	-	953 054

As adições verificadas no presente exercício referem-se essencialmente à aquisição de viaturas e mobiliário, assim como grandes reparações efetuadas em lojas da Empresa.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem ativos dados com garantia/penhora.

7. Ativos Intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela Globaleda referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	8 258	8 258
Amortizações acumuladas	<u>(8 258)</u>	<u>(8 258)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	4 560	-
Amortização - período	<u>(4 560)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	12 818	8 258
Amortizações acumuladas	<u>(12 818)</u>	<u>(8 258)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

8. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se, essencialmente, a participação no Fundo de compensação do Trabalho em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:



Outros investimentos	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Fundo de compensação do trabalho	16 667	11836
	<u>16 667</u>	<u>11 836</u>

9. Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Impacto na demonstração dos resultados	(113)	-
Ativos por impostos diferidos	<u>(113)</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente e prejuízos fiscais reportáveis, resume-se como segue:

	<u>Imparidades não aceites</u>
A 1 de janeiro de 20 21	113
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	<u>(113)</u>
Movimento do período	<u>(113)</u>
A 31 de dezembro de 20 21	<u>-</u>
	<u>Imparidades não aceites</u>
A 1 de janeiro de 20 21	113
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	<u>(113)</u>
Movimento do período	<u>(113)</u>
A 31 de dezembro de 20 21	<u>-</u>

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Telemóveis	18 483	47 163
Acessórios	4 550	4 977
Equipamento informático	7 435	18 352
Equipamentos rádio	<u>53 654</u>	<u>76 185</u>
	<u>84 123</u>	<u>146 677</u>
Imparidade de inventários	<u>(13 352)</u>	<u>(13 352)</u>
	<u>70 771</u>	<u>133 325</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2021 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 614.931 euros (2020: 860.193 euros) (Nota 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a movimentação da imparidade de inventários foi conforme se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de janeiro	(13 352)	(13 896)
Aumentos	-	-
Utilização do ano	<u>-</u>	<u>544</u>
A 31 de dezembro	<u>(13 352)</u>	<u>(13 352)</u>

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a composição da rubrica de Clientes é como se segue:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Cientes - grupo i)	2 361 637	498 776
Cientes - outros ii)	<u>738 920</u>	<u>806 667</u>
	<u>3 100 557</u>	<u>1 305 443</u>
Imparidade de clientes	-	(551)
	<u>3 100 557</u>	<u>1 304 892</u>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta dos serviços prestados e equipamentos no âmbito do contrato de outsourcing (Nota 30);

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 120 dias</u>	<u>De 121 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Grupo	2 361 637	-	-	-	-	2 361 637
Outros	<u>708 672</u>	<u>1 608</u>	-	<u>28 640</u>	-	<u>738 920</u>
	<u>3 070 309</u>	<u>1 608</u>	-	<u>28 640</u>	-	<u>3 100 557</u>

O movimento das imparidades apresenta-se como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de janeiro	551	551
Reforço do ano	-	-
Utilização do ano	-	-
Reversões	<u>(551)</u>	-
A 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>551</u>



12. Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre rendimento - IRC	135 030	-	-	96 814
Impostos sobre rendimento - IRS	-	21003	-	20 289
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	198 159	-	169 288
Contribuições para segurança social	-	50 343	-	49 601
	<u>135 030</u>	<u>269 504</u>	<u>-</u>	<u>335 991</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pagamentos por conta	141 186	67 788
Retenções na fonte	2 963	637
Estimativa de IRC (Nota 27)	(9 118)	(165 238)
	<u>135 030</u>	<u>(96 814)</u>

13. Acionistas

Nos termos da política financeira traçada pelo acionista EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, a 31 de dezembro de 2021 não existia qualquer saldo relativamente a cedências de fundo (2020: 1.900.000 euros), no entanto os fundos cedidos durante o exercício de 2021 obtiveram juros à taxa média anual de 0,01% (2020: 0,14%). Os juros debitados ao acionista a este respeito perfazem o montante de 37 euros (2020: 1.461 euros - Nota 30).

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, está classificada em ativo corrente.

14. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Outros devedores		
Caução EDA (Nota 30)	i) 337 181	563 885
Outros devedores	<u>31279</u>	<u>29 708</u>
	368 460	593 593
Pessoal	<u>20 092</u>	-
Adiantamentos a fornecedores	<u>2 752</u>	<u>8 781</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	ii)	
Prestações de serviços	728 377	797 236
Comissões	<u>74 386</u>	<u>72 098</u>
	802 763	869 334
	<u>1 194 068</u>	<u>1 471 709</u>

i) Caução prestada referente ao concurso 17CLPQ-SIRO (Outsourcing informático, em 12/02/2018) e SAP/4HANA;

ii) Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimativa dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no valor de 214.454 euros (2020: 370.776 euros), bem como 74.386 euros (2020: 72.098 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custos diferidos de serviços a prestar	27 500	7 362
Seguros	4 201	8 543
Outros	<u>6 048</u>	-
Diferimentos ativos	<u>37 750</u>	<u>15 905</u>

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Serviços a concluir já faturados	25 929	23 314
Diferimentos passivos	<u>25 929</u>	<u>23 314</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

16. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	<u>% detida</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Electricidade dos Açores	74,9	44 940	224 700
Novabase Business Solutions	25,1	15 060	75 300
	<u>100</u>	<u>60 000</u>	<u>300 000</u>

17. Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	<u>Reservas legais</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>
1 de janeiro de 2020	64 464	500 866	2 511 035
Aplicação do resultado do exercício	-	-	344 551
Distribuição	-	-	(173 000)
31 de dezembro de 2020	64 464	500 866	2 682 586
Aplicação do resultado do exercício	-	-	714 112
Distribuição	-	-	(358 000)
31 de dezembro de 2021	64 464	500 866	3 038 698

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de períodos anteriores.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 26 de março de 2021, do resultado líquido do período de 2020 no montante de 714.112 euros, foram distribuídos lucros aos sócios no montante de 358.000 euros e a parte remanescente manteve-se em resultados transitados (356.112 euros).

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores - grupo	172 921	418 517
Fornecedores - terceiros	<u>1792 488</u>	<u>510 909</u>
	<u>1965 409</u>	<u>929 426</u>

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal (Nota 30).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria com diversos fornecimentos de prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores		
Fornec. investimentos - grupo	-	20 517
Fornec. investimentos - outros	<u>1033</u>	<u>1431</u>
	<u>1 033</u>	<u>21 948</u>
Outros credores		
Credores diversos	32 421	18 277
Pessoal	<u>-</u>	<u>471</u>
	<u>32 421</u>	<u>18 748</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	317 814	294 143
Prémio ao pessoal	36 762	34 523
Outros acréscimos de gastos	i) <u>302 105</u>	<u>196 445</u>
	<u>656 681</u>	<u>525 111</u>
	<u>690 135</u>	<u>565 807</u>

i) A rubrica de Outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente despesas relacionadas com os serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimativa dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no montante de 151.320 euros (2020: 95.404 euros), a serviços referentes à implementação da solução SAP ARIBA perfazendo um valor total de 30.000 euros em 2021 e 2020.

20. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas de produtos		
Equipamento informático	349 410	530 525
Equipamento rádio	376 855	331 247
Equipamentos de telecomunicações	70 964	93 983
Acessórios	<u>11 511</u>	<u>7 333</u>
	<u>808 740</u>	<u>963 088</u>
Serviços prestados		
Sistemas de informação	6 645 314	6 308 417
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1 485 544	1 585 674
Comissões Vodafone	736 083	727 722
Outros serviços prestados	<u>63 855</u>	<u>78 647</u>
	<u>8 930 796</u>	<u>8 700 459</u>
	<u>9 739 536</u>	<u>9 663 547</u>

As Vendas e Serviços prestados são realizadas em território português.

21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 demonstra-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Inventários iniciais (Nota 10)	146 677	149 501
Compras	558 790	877 817
Regularização de inventários	(6 413)	(20 449)
Inventários finais (Nota 10)	<u>(84 123)</u>	<u>(146 677)</u>
	<u>614 931</u>	<u>860 193</u>

22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subcontratos	i)	5 326 681	4 616 767
Trabalhos especializados	iii)	257 871	174 192
Rendas e alugueres	ii)	222 113	165 850
Conservação e reparação		79 933	34 277
Seguros		53 386	43 184
Comunicações		46 248	49 791
Formação profissional		45 561	82 534
Combustíveis		45 040	36 948
Honorários		38 959	44 966
Electricidade		37 888	11 108
Limpeza, higiene e conforto		20 828	22 014
Deslocações e estadas		20 771	19 985
Transporte de mercadorias		19 701	22 664
Outros (inferiores a 20.000 euros)		<u>89 722</u>	<u>68 899</u>
		<u>6 304 701</u>	<u>5 393 179</u>

i) A rubrica de Subcontratos refere-se essencialmente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing com a EDA, no qual a Globaleda subcontrata a Axians. Estes serviços especializados e materiais atingiram um total de 954.595 euros (2020: 468.085 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 649.959 euros (2020: 559.633 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio incluindo o armazém central;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, os serviços de informática no montante de 25.295 euros (2020: 41.767 euros) e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 25.047 euros (2020: 20.885 euros)

23. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2021 e 2020 foram como segue:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	209 278	148 175
Pessoal	<u>1976 085</u>	<u>1866 826</u>
	<u>2 185 363</u>	<u>2 015 001</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	509 497	451 101
Gastos de ação social	65 198	56 223
Indemnizações	-	9 350
Outros	<u>4 371</u>	<u>25 152</u>
	<u>579 067</u>	<u>541 825</u>
	<u>2 764 430</u>	<u>2 556 826</u>

O número médio de empregados da Empresa em 2021 foi de 99 (2020: 98).

24. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos suplementares	i)	148 722	139 207
Ganhos na alienação de outros ativos		10 006	9 053
Outros		<u>469</u>	<u>2 840</u>
		<u>159 198</u>	<u>151 100</u>

i) A rubrica de Rendimentos suplementares inclui os créditos efetuados pela Vodafone relativos ao diferencial dos telemóveis do setor empresarial, o complemento das campanhas publicitárias efetuadas pela Globaleda no apoio à comercialização dos produtos Vodafone e a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.

25. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Donativos	6 493	9 450
Impostos	4 948	4 340
Quotizações	912	1512
Perdas em alienações de activos tangíveis	-	1290
Diferenças cambiais desfavoráveis	846	892
Insuficiência da estimativa para impostos	760	143
Outros	438	847
	<u>14 398</u>	<u>18 473</u>

26. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Juros e gastos similares		
Outros gastos e perdas financeiros	8 309	8 324
	<u>8 309</u>	<u>8 324</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	54	1461
	<u>54</u>	<u>1461</u>

27. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Imposto sobre o rendimento corrente (Nota 12)	9 18	165 238
Imposto sobre o rendimento diferido (Nota 9)	113	-
	<u>9 231</u>	<u>165 238</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 18,4% e 20,5% respetivamente, exceto sobre os prejuízos fiscais que se aplica a taxa de 14,7%.

A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes de impostos	34 592	879 350
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	5 983	4 025
Benefícios fiscais	(2 597)	(3 700)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>37 977</u>	<u>879 675</u>
Matéria coletável	<u>37 977</u>	<u>879 675</u>
Taxa nominal de imposto	14,70%	16,80%
	<u>5 583</u>	<u>147 785</u>
Derrama Municipal	390	13 195
Tributação autónoma	3 145	4 258
Imposto diferido	113	-
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>9 231</u>	<u>165 238</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	<u>10,3%</u>	<u>1,50%</u>
	<u>15,73%</u>	<u>18,30%</u>

28. Dividendos

Os lucros distribuídos durante o período de 2021 foram de 358.000 euros.

29. Contingências

Passivos contingentes

A Globaleda tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

<u>Beneficiário</u>	<u>Objeto</u>	<u>Início</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9 074	9 074
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1668	1668
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
			<u>15 742</u>	<u>15 742</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Globaleda não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Globaleda não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

30. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

30.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações (Nota 23)	<u>209 278</u>	<u>148 175</u>
	<u>209 278</u>	<u>148 175</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fiscal Único	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>
	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>

30.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.

Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Novabase Digital, S.A.

Axianseu - Digital Solutions, S.A.

Axianseu II - Digital Consulting, S.A.

b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Globaleda efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	<u>27 585</u>	<u>23 980</u>
	<u>27 585</u>	<u>23 980</u>
 Serviços prestados	 <u>20 21</u>	 <u>20 20</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	<u>6 721 864</u>	<u>6 311 499</u>
	<u>6 721 864</u>	<u>6 311 499</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	<u>807 246</u>	<u>716 668</u>
Novabase Business Solutions	<u>27 600</u>	<u>144 125</u>
	<u>834 846</u>	<u>860 793</u>

Juros e rendimentos similares

	<u>20 21</u>	<u>20 20</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	<u>37</u>	<u>1 461</u>
	<u>37</u>	<u>1 461</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a) 2 361 602	2 336 175
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. - Caução	<u>337 181</u>	<u>563 885</u>
	<u>2 698 783</u>	<u>2 900 060</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	17 163	70 733
Novabase Business Solutions	<u>-</u>	<u>38 516</u>
	<u>17 163</u>	<u>109 249</u>

- a) 1.900.000 euros em dezembro de 2020, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que obteve juros conforme indicado na Nota 13.

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Globaleda efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA Renováveis. S.A.	1440	2 250
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	<u>-</u>	<u>816</u>
	<u>1440</u>	<u>3 066</u>

Serviços prestados	2021	2020
EDA Renováveis, S.A.	43 622	99 261
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	4 480	18 828
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	-	5 075
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	-	41 942
	48 102	165 106

Compras de produtos e serviços

Compra de produtos e serviços

	2021	2020
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	28 811	20 157
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	-	70 404
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	-	1 223 670
	28 811	1 314 231

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos devedores		
EDA Renováveis, S.A.	35	29 443
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	-	984
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	-	31 925
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	248
	<u>35</u>	<u>62 601</u>
Saldos credores		
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	1 308	20 517
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	-	13 846
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	-	295 127
	<u>1 308</u>	<u>329 490</u>

31. Políticas de gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Empresa no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Empresa concedendo empréstimos à sua Empresa-Mãe desse excedente tesouraria obtido.

32. Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

33. Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Assinado por: **Jorge Manuel de Almada Macedo**
Num. de Identificação: B106072741
Data: 2022.03.14 18:54:55-01'00'

Jorge Manuel de Almada Macedo

Assinado por: **FÁBIO ALEXANDRE COSTA**
Num. de Identificação: 12944359
Data: 2022.03.14 18:09:13-01'00'

Fábio Alexandre Costa

Assinado por: **VÍTOR MANUEL DE JESUS FRANCISCO DA COSTA**
Num. de Identificação: 06933361
Data: 2022.03.14 17:56:55-01'00'

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa

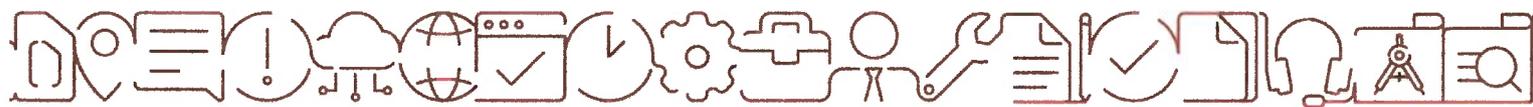
O Contabilista Certificado

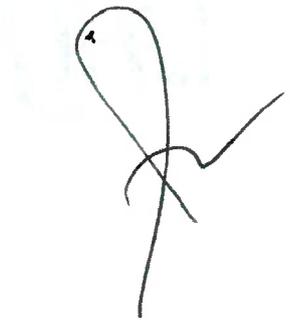
Assinado por: **CLÁUDIO MANUEL RAPOSO TORRES**
Num. de Identificação: B1053985940

Cláudio Manuel Raposo Torres

Apreciação e Certificação De Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

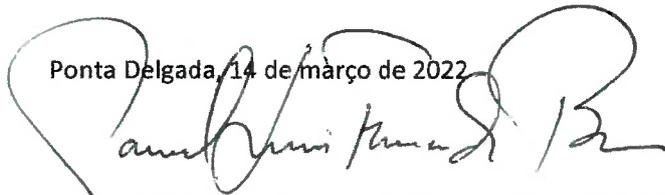
Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

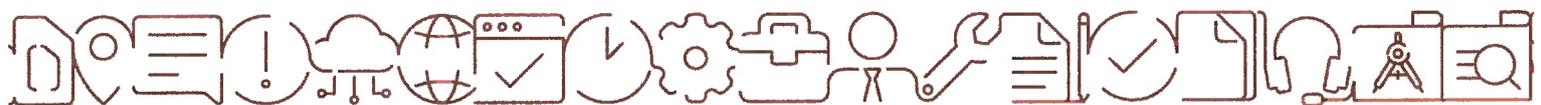
Ponta Delgada, 14 de março de 2022



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

Apreciação e Certificação de Contas

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.880.366 euros e um total de capital próprio de 3.929.389 euros, incluindo um resultado líquido de 25.361 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

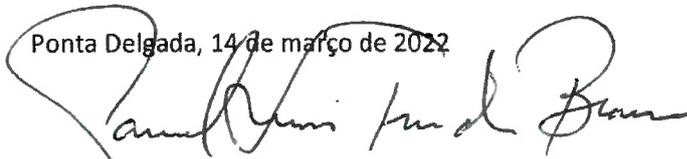
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

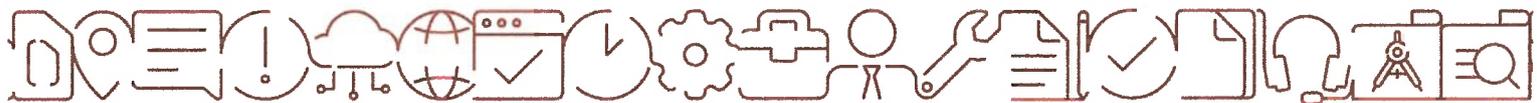
Ponta Delgada, 14 de março de 2022



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

Apreciação e Certificação de Contas

Relatório de Auditoria



Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.880.366 euros e um total de capital próprio de 3.929.389 euros, incluindo um resultado líquido de 25.361 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

A

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes - ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024